



ACÇÕES GOVERNAMENTAIS E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL (2008 A 2022)

Samuel Vinente ¹
Márcia Duarte Galvani ²

RESUMO

O Brasil, Moçambique e Portugal integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Possuem diversos acordos gerais de cooperação, que envolvem seus sistemas educacionais e buscam assegurar o direito educacional e a universalização do ensino. O objetivo geral desse estudo foi analisar os programas e as ações governamentais em Educação Especial implementados no Brasil, em Moçambique e em Portugal, no período de 2008 a 2022. A pesquisa, de caráter descritivo, foi realizada mediante abordagem qualitativa, ancorada na técnica da pesquisa documental. Como instrumentos foram utilizados um Protocolo de Análise Documental em Políticas de Educação Especial e um roteiro semiestruturado de entrevista, aplicado a dois representantes do Ministério da Educação. Os dados oriundos foram compilados, descritos e analisados com base no Método Comparativo, sendo também gravados, transcritos e analisados por juízes, utilizando-se a Análise Temática (AT). Os resultados apontaram diferentes formas organizativas do trabalho pedagógico na Educação Especial, considerando as especificidades culturais e políticas dos diferentes países. Foi possível verificar que as terminologias adotadas nos documentos oficiais são similares, e as políticas, programas e ações governamentais foram construídas, nesse período, a partir das orientações internacionais dos organismos multilaterais. Evidenciou-se um período progressista que culminou na ampliação de políticas, programas e ações de Educação Especial. Tais programas e ações passaram a definir legalmente um tipo de público a ser atendido, diferentes serviços e espaços para oferta do Atendimento Educacional Especializado. Nos últimos anos, após repentinas reformas político-econômicas, as políticas de Educação Especial passaram a atender mais explicitamente às lógicas do mercado e do capital na definição de suas diretrizes e princípios. Tais efeitos culminaram na publicação e posterior suspensão dos efeitos legais da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Palavras-chave: Educação Especial, Política Governamental, Programas Educacionais, Legislação do Ensino, Ciência Política.

¹ Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – SP, samuel.vinente@ifsp.edu.br;

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – SP, marciaduarte@ufscar.br;